

13° SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO

SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL



Estratégia  
Concursos

# Simulado Especial

## 13º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-Analista-07-06>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

**TEXTO I****Hitler matou alguém com as próprias mãos?**

O infame ditador alemão Adolf Hitler sem dúvida se meteu em algumas situações em que poderia matar alguém; contudo, até onde se sabe, não chegou a matar de fato. A primeira delas foi na Primeira Guerra Mundial, quando serviu à Alemanha na patente de cabo. O futuro ditador era então mensageiro, o que significava sair da segurança da trincheira para se aventurar em campo aberto, na mira da artilharia inimiga. Ele foi alvo com bem mais frequência do que atirou, e não há registro de que tenha abatido nenhum militar inimigo.

Depois, no início de sua carreira como militante de extrema direita, ele saía no braço contra manifestantes de outras vertentes políticas em protestos de rua. Todavia, não há nenhuma prova de que Adolf tenha matado alguém – "rolaram só uns tabefes", mesmo.

Por fim: Hitler teve um relacionamento abusivo com uma sobrinha, Geli Raubal, entre 1929 e 1931. Ela se suicidou aos 23 anos com sua pistola. Há o boato de que ele fez o disparo – mas o historiador britânico Ian Kershaw afirma não haver evidências favoráveis a essa versão, que foi espalhada por jornais sensacionalistas da época em uma tentativa de queimar a imagem do futuro ditador.

É inegável, porém, que Hitler foi culpado indiretamente pela morte de Raubal: ele mantinha a mulher trancada em casa e, provavelmente, a estuprava. Hitler entrou em crise após o suicídio e se ausentou da vida política temporariamente.

<https://super.abril.com.br/blog/oraculo/hitler-matou-alguem-com-as-proprias-maos/>

**01. Infere-se do texto que**

- a) a função de mensageiro impossibilitava que Adolf matasse algum inimigo fora das trincheiras.
- b) Hitler confrontava fisicamente militantes de extrema direita, sem chegar ao extremo da violência.
- c) o suicídio de Geli Raubal foi uma versão espalhada por jornais sensacionalistas para prejudicar Hitler.
- d) a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha se deve ao seu desempenho como comandante.
- e) apesar da participação em conflitos variados, não há comprovação de que Hitler teria matado de fato.

**02. O autor assegura que**

- a) Hitler, apesar da história que o cerca, não chegou a matar de fato.
- b) o disparo que tirou a vida de Geli Raubal partiu de Hitler.
- c) o mensageiro Adolf Hitler, servindo como cabo, jamais abateu um militar inimigo
- d) Hitler foi culpado de forma indireta pelo suicídio de Geli Raubal.
- e) Geli Raubal se suicidou porque sofria abusos e era estuprada por Hitler.

**03.** Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto I: "Todavia, não há nenhuma prova de que Adolf tenha matado alguém" (2º parágrafo). Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do texto.

- a) Porém, não existe prova alguma que Adolf tenha matado alguém.
- b) Mas, não existem provas que Hitler tenha matado alguém.
- c) Não existe, porém, provas de que Hitler tenha matado.
- d) Nunca provaram, que Adolf tenha matado alguém.
- e) Contudo, não existe prova alguma de que Hitler tenha matado alguém.

**04.** No segmento "Ela se suicidou aos 23 anos com sua pistola" (3º parágrafo), a partícula "se" é classificada como

- a) pronome reflexivo
- b) pronome passivador
- c) pronome recíproco
- d) partícula expletiva.
- e) parte integrante do verbo

**05.** O vocábulo “infame” (1º parágrafo) foi empregado no texto para indicar que Hitler

- a) tem má-fama
- b) não é famoso
- c) tem atitude imoral
- d) era sanguinário
- e) cometeu infâmia

**06.** Considerando sua organização e tipologia, objetivo principal do texto é

- a) mostrar que Hitler não tinha coragem de matar com suas próprias mãos.
- b) fazer uma narrativa biográfica dos feitos do grande ditador.
- c) argumentar no sentido de que Hitler não era um assassino.
- d) dissertar sobre a carreira militar de Hitler.
- e) responder à pergunta proposta no título.

**07.** No segmento “Hitler teve um relacionamento abusivo com uma sobrinha, Geli Raubal, entre 1929 e 1931” (3º parágrafo), as vírgulas

- a) separam um adjunto adverbial de tempo
- b) isolam um segmento explicativo
- c) separam orações independentes
- d) marcam a presença de vocativo
- e) enfatizam um nome próprio

**08.** Considerando os elementos linguísticos do primeiro parágrafo, prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição de

- a) “se meteu” por “meteu-se”
- b) “à Alemanha” por “a Alemanha”
- c) “em que” por “nas quais”
- d) “se sabe” por “sabe-se”
- e) “se aventurar” por “aventurar-se”.

**09.** No segundo parágrafo, as aspas foram empregadas para

- a) sugerir ironia por parte do autor
- b) marcar a malícia da expressão
- c) indicar um registro informal
- d) enfatizar uma citação original
- e) ressignificar o vocábulo “tabefes”

**10.** Sobre as relações coesivas do texto, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I- “essa versão” (3º parágrafo) refere-se ao boato de que Geli Raubal teria se suicidado.

II- em “a estuprava” (4º parágrafo), a partícula “a” retoma “a mulher”, que, por sua vez, tem como referente “Geli Raubal”.

III- à luz do título do texto, na afirmação “não chegou a matar de fato” (1º parágrafo), a expressão “de fato” pode ser interpretada como “com as próprias mãos”.

IV- o pronome “sua” em “sua pistola” (3º parágrafo) refere-se a Hitler.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)****Marcos Girão**

**11.** De acordo com a Lei Estadual n. 4.620/2005, que dispõe sobre a Unificação e a Reestruturação dos Quadros de Pessoal e Institui a Carreira de Serventário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, os requisitos de escolaridade para ingresso nas carreiras do Quadro Único, atendidas, quando for o caso, formação especializada e experiência profissional definidas em Regulamento e especificadas nos editais de concurso, são os seguintes:

I - para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo.

II - para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o nível médio completo ou curso técnico equivalente.

III - para o cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador), o nível superior completo em Direito.

Assinale a alternativa que incida apenas os itens corretos:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) todos estão corretos.
- e) nenhum está correto.

**12.** Conforme a Lei nº 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio De Janeiro, a criação de Varas, Juizados e Fóruns Regionais será feita:

- a) por desdobramento, quando o exigir expressiva concentração populacional em núcleo urbano afastado do centro da sede da Comarca, cuja distância em relação ao fórum local torne onerosa ou dificulte a locomoção dos jurisdicionados.
- b) por especialização, em outros de igual competência, quando o número ou a natureza dos feitos distribuídos anualmente justificar a medida.
- c) por descentralização, quando a justificarem o número de feitos da mesma natureza ou especialidade, a necessidade de maior celeridade de determinados procedimentos, ou o interesse social.

d) por transformação, quando se verificar a necessidade de readequação das competências da Comarca, sendo possível a desinstalação de Varas e Juízos para posterior transformação em novas Varas, Juízos ou Juizados.

e) por justaposição, quando mais de uma comarca são integradas e unidas dando origem a uma comarca só abrangendo o território total delas.

**13.** Conforme a Lei nº 6956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio De Janeiro, assinale a alternativa correta.

a) O Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de 12 desembargadores.

b) O Desembargador em exercício simultâneo no Órgão Especial e em Câmara terá, a distribuição reduzida em 1/3 (um terço) com relação aos processos do Órgão especial. Quanto à Câmara a distribuição se dará de maneira regular.

c) A eleição para os suplentes do Órgão Especial será realizada de forma autônoma.

d) Se houver vacância na parte eleita do Órgão Especial, será realizada nova eleição no prazo de 10 (dez) dias, devendo os eleitos completar o período de mandato dos seus respectivos antecessores.

e) O acesso de Juízes de Direito de Entrância Especial ao cargo de Desembargador será decidido pelo Tribunal Pleno.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

Herbert Almeida

14. João é servidor estadual e, no exercício de suas funções, praticou falta sujeita à penalidade de suspensão. Nesse caso, a respeito da responsabilidade e das penalidades aplicáveis, é correto afirmar, com base no que dispõe o Decreto-Lei nº 220/1975:

- a) na aplicação da penalidade de suspensão, a administração não pode considerar os antecedentes funcionais do servidor.
- b) pela falta cometida, João não poderá ficar mais de cento e oitenta dias suspenso.
- c) mesmo suspenso, João continuará a receber todas as vantagens do cargo que exerce.
- d) a penalidade aplicada não poderá ser convertida em multa, ainda que haja conveniência pra o serviço.
- e) a falta sujeita à pena de suspensão prescreverá em cinco anos, contados a partir da data do evento punível.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

Tiago Zanolla

15. À luz do regimento interno do TJ-RJ, cabe ao Tribunal Pleno dar posse, exceto

- a) Presidente do Tribunal
- b) Corregedor-Geral da Justiça
- c) Vice-Presidentes do Tribunal
- d) Diretor da Escola da Magistratura
- e) Desembargadores

16. O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é constituído de 180 Desembargadores. São oriundo do quinto constitucional, na classe de juristas

- a) 36 Desembargadores
- b) 30 Desembargadores
- c) 24 Desembargadores
- d) 18 Desembargadores
- e) N.D.A.

17. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, compete ao Órgão Especial Processar e julgar, originariamente, exceto

- a) os embargos aos seus acórdãos.
- b) as habilitações e outros incidentes, nos processos de sua competência, bem como as dúvidas não manifestadas em forma de conflito, sobre

distribuição, competência e ordem de serviço, em matéria das Câmaras Cíveis.

- c) as reclamações quando o ato impugnado for pertinente à execução de acórdão seu.
- d) as arguições de impedimento e suspeição opostas a Desembargadores e ao Procurador-Geral de Justiça quando reconhecidas.
- e) as representações contra os membros dos Tribunais de segundo grau, por excesso de prazo previsto em lei.

18. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, A Secretaria do Órgão Especial

- a) Será exclusiva do órgão.
- b) também funcionará como Secretaria do Tribunal Pleno
- c) também funcionará como Secretaria do Conselho da Magistratura
- d) também funcionará como Secretaria da Escola da Magistratura.
- e) também funcionará como Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça.

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Ricardo Torques

19. A Lei nº 13.146/2015 prevê que a pessoa com deficiência tem direito à moradia digna e, para efetivar esse direito, prevê algumas medidas. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A pessoa com deficiência poderá morar no seio de sua família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro, mas nunca desacompanhada.
- b) A residência inclusiva, prestada no âmbito do Suas, será prestada a toda pessoa com deficiência que demonstre interesse e procure o Sistema.
- c) Nos programas habitacionais, exclusivamente públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria e contará com a reserva de, no mínimo, 3% das unidades habitacionais.
- d) Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família.

- e) Em caso de edificação multifamiliar, deverá ser assegurada a garantia de acessibilidade em todas as áreas e unidades habitacionais.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Paulo Guimarães**

**20.** As normas morais variam a depender da cultura e do período histórico. Essas normas podem ser questionadas e destituídas. Diante disso, é pode-se afirmar que:

- a) Nós não podemos pensar sobre as normas morais que são impostas.
- b) Nós temos que concordar com as normas morais porque são as normas da nossa cultura.
- c) A moral é um conjunto de valores pelos quais as pessoas guiam seus comportamentos e, por isso, está sujeita a mudanças a depender do país e do momento histórico em que as pessoas estão inseridas.
- d) Não agimos de forma “moral” se obedecermos às regras que a sociedade estabelece.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Antonio Daud**

**21.** Como resultado da desconcentração administrativa, são criados órgãos públicos, os quais podem assumir diversas posições hierárquicas. Órgãos previstos no próprio texto constitucional, que não se subordinam a outros entes e cujos titulares são agentes políticos, em regra, são chamados de órgãos

- a) subalternos.
- b) superiores.
- c) independentes.
- d) secundários.
- e) polivalentes.

**22.** No que se refere ao princípio da legalidade, aplicável em âmbito administrativo, é correto afirmar que:

- a) o estado de defesa e o estado de sítio constituem exceção ao mencionado princípio.
- b) é um dos princípios constitucionais implícitos, ao lado da continuidade dos serviços públicos.
- c) permite ao administrador público agir contra legem, se a finalidade consistir no interesse público.
- d) sempre prevalecerá sobre os demais princípios, sendo considerado um supraprincípio.
- e) coloca a Administração em um patamar de superioridade sobre o particular, autorizando-se a prática dos atos que não estejam proibidos em lei.

**23.** Consoante disposto na Lei 8.666/1993, a alienação de bens imóveis de um órgão da administração direta dependerá de

- a) autorização judicial.
- b) interesse público injustificado.
- c) avaliação de mercado, prévia ou posterior.
- d) licitação, que será dispensada no caso de dação em pagamento.
- e) inscrição no livro do tomo.

**24.** A anulação de ato administrativo que padece de vício insanável

- a) sempre dependerá de provocação.
- b) não se sujeita a prazo decadencial, por força do princípio da legalidade.
- c) representa atribuição exclusiva do controle interno.
- d) pressupõe juízo de mérito administrativo quanto ao desfazimento do ato.
- e) requer motivação explícita.

25. No que se refere aos ocupantes de cargos em comissão e exercentes de função de confiança, é correto afirmar que

- a) os cargos em comissão devem ser ocupados exclusivamente por servidores efetivos.
- b) as funções de confiança devem ser preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- c) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas a atribuições de direção, assessoramento e chefia, em que há desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.
- d) apesar de os cargos em comissão serem de livre exoneração, a autoridade nomeante está vinculada ao atendimento às restrições do direito público, a exemplo da vedação ao nepotismo e de condições eventualmente previstas em lei.
- e) os ocupantes de cargo em comissão, na esfera estadual, adquirem estabilidade no serviço público após dois anos de efetivo exercício.

26. Nos termos previstos na Lei 8.987/1995, trata-se de instrumento que viabiliza a prestação indireta de serviços públicos por pessoa jurídica, por meio de contrato administrativo, sempre precedido de licitação na modalidade concorrência:

- a) permissão de serviço público.
- b) concessão de uso de bem público.
- c) contrato de empreitada por preço global.
- d) autorização de serviço público.
- e) concessão de serviço público.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Ricardo Vale**

27. O diretor de determinada unidade prisional expediu ato autorizando a realização de cultos e eventos religiosos direcionados aos presos. Jonas, que se encontra internado no referido estabelecimento, recusou-se a participar dos rituais, alegando motivos pessoais de cunho filosófico, e solicitou ao seu advogado que acionasse o Poder Judiciário para contestar a prática que, a seu ver, contraria

frontalmente os princípios da laicidade estatal e da liberdade religiosa. Pode-se afirmar que, em relação ao contexto apresentado:

- a) Jonas deverá ter seus direitos políticos suspensos, caso se recuse a participar dos eventos religiosos e a cumprir prestação alternativa eventualmente proposta pelo Poder Público.
- b) De fato, o ato expedido pela autoridade prisional fere a necessária neutralidade estatal, no que diz respeito às manifestações religiosas, o que justifica a intervenção do Poder Judiciário nessa situação.
- c) Jonas apenas poderia ter alegado imperativo de consciência caso sua crença religiosa fosse comprovadamente contrária aos cultos sugeridos, sendo incabível cogitar de convicção filosófica para se recusar a participar dos cultos dentro do estabelecimento prisional.
- d) Jonas poderá alegar imperativo de consciência desde que inexista lei fixando prestação alternativa à participação nos eventos sugeridos, caso contrário estará sujeito à suspensão de seus direitos políticos.
- e) A participação de Jonas em quaisquer práticas religiosas não é obrigatória, mas o ato de autorização editado pelo diretor do estabelecimento não fere a laicidade estatal.

**28.** Gardêncio, juiz federal, sofreu processo administrativo disciplinar e, por determinação do Tribunal ao qual se encontra vinculado, foi posto em disponibilidade. Seis meses depois, o Conselho Nacional de Justiça, de ofício, decide por bem rever a decisão proferida pelo órgão. Ao final, em sessão em que se encontravam presentes dois terços de seus membros, optou-se, mediante voto da maioria, pela manutenção da decisão anteriormente exarada pelo Tribunal. Gardêncio, inconformado, dirigiu-se então ao Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade na conduta perfilhada pelo Conselho. À luz das disposições constitucionais pertinentes, é possível concluir que:

- a) O CNJ apenas poderia ter revisto o processo disciplinar pelo Tribunal um ano após a data de julgamento, o que enseja o acionamento do STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário, a fim de impugnar o ato.
- b) O CNJ, embora detenha a competência para rever, a qualquer tempo, processos administrativos julgados pelos Tribunais, não poderia, nessa situação, ter agido de ofício, mas apenas por provocação.
- c) Embora o CNJ possua competência para rever o processo disciplinar julgado pelo Tribunal, a disponibilidade do magistrado apenas poderia ter sido determinada pelo voto da maioria absoluta de seus membros, o que autoriza o controle da atuação do Conselho pelo STF.
- d) Gardêncio não deverá ter seu pleito conhecido pela Suprema Corte, vez que esta ocupa posição de proeminência na estrutura do poder Judiciário apenas no que diz respeito à função jurisdicional, não alcançando decisões proferidas em sede administrativa.
- e) Configura-se irregular a atuação do CNJ, já que sua função disciplinar é subsidiária em relação à competência do Tribunal para instaurar procedimentos administrativos disciplinares.

**29.** Fora criada entidade sindical de natureza regional, representativa da categoria dos trabalhadores domésticos. Embora não tenha sido obtida autorização para sua fundação, o sindicato procedeu ao registro perante o órgão competente. Dois meses depois, iniciou os procedimentos relativos à defesa dos interesses de seus filiados, ajuizando mandado de segurança coletivo com a finalidade de assegurar o

direito ao FGTS que, em virtude de disposição inserida em lei estadual, deixaria de ser depositado na conta dos trabalhadores da categoria. Com base no que estabelece o texto constitucional, é possível afirmar que:

- a) A fundação do sindicato e o ajuizamento da ação em comento são válidos, sendo inconstitucional o dispositivo da lei estadual que suprimiu o direito dos trabalhadores domésticos ao FGTS.
- b) A criação do sindicato deve, obrigatoriamente, respeitar o requisito do caráter nacional, sendo, por esse motivo, inconstitucional.
- c) O mandado de segurança somente poderia ter sido ajuizado após decorrido o período de um ano do início do funcionamento da entidade sindical.
- d) A criação do sindicato deveria ter sido autorizada pelo poder Público, não tendo o registro mencionado o condão de convalidar o vício constatado.
- e) Embora a Constituição tenha estendido o direito ao FGTS à categoria dos domésticos, não há impedimento à supressão dessa garantia em âmbito estadual, em respeito à autonomia federativa.

**30.** Dois membros do Ministério Público Estadual, Gino e Lino, divergem acerca da razoabilidade da pena decretada pelo juiz em determinado processo criminal. Gino, designado para atuar no caso no primeiro grau de jurisdição, teve suas alegações integralmente acolhidas pelo magistrado. Já Lino, chefe da instituição, considerando inadequada a penalidade aplicada, decidiu afastar Gino do processo correspondente, substituindo-o por outro membro do parquet. A conduta do Procurador-Geral de Justiça, nessa situação, foi:

- a) Correta, já que o Ministério Público é indivisível, sendo, portanto, perfeitamente admissível a substituição de um membro da instituição por outro.
- b) Correta, tendo em vista que o princípio da unidade estabelece que os atos executados pelos membros do parquet refletem, em essência, a atuação da instituição como um todo.
- c) Incorreta, por ferir o princípio da independência funcional, o qual proíbe a substituição de um membro por outro, no exercício de suas funções.
- d) Incorreta, por ofensa aos princípios da independência funcional e do promotor natural, o qual veda a designação arbitrária de promotores ad hoc.

e) Correta, considerando ser o Ministério Público instituição marcada pela hierarquia funcional, sendo, por esse motivo, válida a conduta do chefe da entidade.

**31.** Suponha que a Assembleia Legislativa do Estado X, mediante proposta da maioria relativa de seus membros, tenha enviado ao Congresso Nacional projeto de emenda à Constituição, versando sobre matéria de iniciativa reservada do Presidente da República. Após regular tramitação, o documento foi aprovado, em dois turnos, por três quintos dos membros das duas Casas Legislativas, quando, então, seguiu para promulgação pela mesa do Congresso Nacional e, finalmente, para sanção presidencial. A esse respeito, assinale a alternativa verdadeira:

- a) A PEC, além de conter vício de iniciativa, já que não poderia ter sido apresentada, isoladamente, pela Assembleia Legislativa do Estado X, não deveria ter sido promulgada pela mesa do Congresso Nacional, tampouco se exige a sanção presidencial para sua edição.
- b) Somente o chefe do Poder Executivo, por tratar a emenda de matéria de sua iniciativa privativa, poderia ter apresentado a proposta, não tendo a sanção presidencial o condão de convalidar o vício de iniciativa constatado.
- c) Não há qualquer irregularidade no tocante à iniciativa para a deflagração do processo legislativo pertinente à emenda constitucional, uma vez que o Poder executivo não participa de nenhuma etapa do procedimento, seja na fase de iniciativa, seja no ato de promulgação ou sanção.
- d) O processo legislativo de aprovação da referida emenda seguiu exatamente o procedimento previsto na Constituição Federal.
- e) O projeto deveria ter sido subscrito pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa do Estado X, bem como ter sido promulgado pelas mesas da Câmara e do Senado, e não do Congresso Nacional.

**32.** A respeito das competências constitucionalmente atribuídas aos municípios brasileiros, aponte a afirmação correta:

- a) Os municípios não possuem competência concorrente, estando proibidos de legislar sobre matérias relativas ao tema.

- b) A competência suplementar dos municípios diz respeito exclusivamente a atribuições administrativas.
- c) No que diz respeito às competências materiais, o município poderá exercer tarefas comuns a todos os entes federativos, não possuindo, no entanto, atribuições administrativas privativas.
- d) A competência suplementar dos municípios autoriza a atuação dos entes locais no sentido de suprir a inércia legislativa da União na edição de normas gerais relativas a produção e consumo.
- e) Ao legislar sobre o meio ambiente, o município deverá observar a disciplina estabelecida pelo Estado correspondente e pela União.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

**33.** Renato, empresário, e Elias, agricultor, firmaram um contrato de compra da safra que seria colhida pela família de Elias em sete meses. Ficou estabelecido um valor fixo pela produção, que deveria ser pago no dia previsto para a colheita, não importando, neste caso, a quantidade de grãos colhida. Estipulou-se, ainda, que o pagamento seria devido mesmo que, por qualquer causa, houvesse a quebra de safra e Elias não conseguisse entregar sequer um grão do que havia pactuado com Renato. Assim, restou expressamente consignado que as partes assumiriam o risco de o contrato ser mais ou menos vantajoso a qualquer uma delas. Nestes termos, o referido contrato

- a) detém natureza aleatória e tem como objeto coisa futura, o que é admitido pelo Código Civil, e obriga as partes ainda que nenhum grão venha a ser colhido.
- b) é nulo, uma vez que o Código Civil não admite a compra e venda de coisa futura.
- c) tem como objeto coisa futura, o que é admitido pelo Código Civil, mas somente obriga as partes se os grãos vierem a ser colhidos.
- d) é inexistente, porque o Código Civil não prevê a compra e venda de coisa futura.
- e) tem como objeto coisa futura, o que é admitido pelo Código Civil, mas não obriga as partes se os grãos não vierem a ser colhidos, por força da vedação ao enriquecimento sem causa.

**34.** Nathália reside com ânimo definitivo em Mogi Mirim/SP, mas exerce atividade profissional e cursa a universidade em Campinas/SP, além de visitar ocasionalmente sua tia, Eliza, em São Paulo/SP, onde se hospeda ocasionalmente em hotéis diversos. De acordo com o Código Civil, Nathália possui domicílio

- a) apenas em Mogi Mirim, onde reside com ânimo definitivo, pois não se admite pluralidade de domicílios.
- b) em Mogi Mirim, onde reside com ânimo definitivo, em Campinas, quanto às atividades concernentes a sua profissão, e em São Paulo, para onde habitualmente se desloca.
- c) em Mogi Mirim, onde reside com ânimo definitivo, e em Campinas, quanto às atividades concernentes a sua profissão.
- d) apenas em Campinas, pois se considera domicílio somente o local em que se exercem as atividades profissionais.
- e) em qualquer local em que vier a ser encontrada.

**35.** Álvaro, de 86 anos, descobriu que uma de suas filhas, Maria Isabel, tentou negociar, com terceiros, um dos bens da herança que um dia virá a receber.

Ao consultar um advogado, Álvaro foi informado que o referido bem

- a) poderá ser objeto de contrato, mas a transmissão do bem somente se dará com a homologação da partilha, se o bem for atribuído a Maria Isabel.
- b) poderá ser objeto de contrato se Maria Isabel tiver a concordância dos demais herdeiros de Álvaro.
- c) não poderá ser objeto de contrato, tendo Maria Isabel mera expectativa de direito, pois a herança se transmite com a homologação da partilha.
- d) não poderá ser objeto de contrato, tendo Maria Isabel mera expectativa de direito, pois a herança se transmite com o falecimento.
- e) não poderá ser objeto de contrato, tendo Maria Isabel mera expectativa de direito, pois a herança se transmite com a abertura do inventário.

**36.** Acerca do mandato, julgue as alternativas a seguir:

I - Tanto as pessoas capazes, bem como aquelas consideradas relativa ou absolutamente incapazes, são aptas para outorgar procuração mediante instrumento particular.

II - O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, exceto se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.

III - O mandatário tem o direito de reter, do objeto da operação que lhe foi cometida, quanto baste para pagamento de tudo que lhe for devido em consequência do mandato.

IV - O mandato em termos gerais só confere poderes de administração ao mandatário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) II, III e IV
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) I e II.

**37.** Marcos emprestou R\$ 200.000,00 a Leandro, para que este pudesse comprar uma kitnet à vista. Leandro, por sua vez, assumiu a obrigação de devolver todo o dinheiro em 100 parcelas de R\$ 2.000,00. O referido contrato, nestes termos, foi garantido por hipoteca de outro imóvel de propriedade de Leandro.

Logo, se Leandro inadimplir uma das parcelas

- a) a dívida deverá ser considerada vencida, não havendo renúncia ao direito de execução imediata se Marcos receber posteriormente a prestação atrasada.
- b) Marcos poderá cobrar apenas a parcela vencida, inexistindo, no caso, vencimento antecipado da dívida.
- c) extinguir-se-á a hipoteca, a menos que Marcos proceda à execução imediata do total da dívida.
- d) a dívida deverá ser considerada como vencida, mas havendo renúncia ao direito de execução imediata se Marcos receber posteriormente a prestação atrasada.
- e) a propriedade do bem se consolidará em favor de Marcos, independentemente de execução da dívida.

**38.** Raquel, quando soube do casamento da filha mais velha, Maria, decidiu ajudá-la a adquirir a casa própria.

Acabou por vender um apartamento à primogênita sem obter antes, porém, a anuência de Eliza, irmã de Maria.

Considerando a situação hipotética apresentada, tal contrato é

- a) anulável, e, salvo convenção em contrário, Raquel arcará com as despesas de escritura e registro e responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
- b) válido, devendo o bem, no entanto, ser trazido à colação por ocasião do falecimento de Raquel. Salvo convenção em contrário, Maria arcará com as despesas de escritura e registro e Raquel responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
- c) válido, devendo o imóvel, no entanto, ser trazido à colação por ocasião do falecimento de Raquel. Salvo convenção em contrário, Raquel arcará com as despesas de escritura e registro e responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
- d) anulável, e, salvo convenção em contrário, Maria arcará com as despesas de escritura e registro e Raquel responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
- e) válido, e, salvo convenção em contrário, Raquel arcará com as despesas de escritura e registro e Maria responderá por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

**39.** Quanto à jurisdição e seus limites, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Quando autorizado pelo ordenamento jurídico, é possível pleitear direito alheio em nome próprio. Nesse caso, o substituído deverá ser intimado de todos os atos processuais, mas não poderá intervir no processo.
- b) O interesse do autor poderá dizer respeito à existência ou inexistência de uma relação jurídica, mas não ao seu modo de ser.

c) É hipótese de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

d) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e, assim, impede que autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

e) A sentença estrangeira não poderá ser homologada enquanto pendente causa perante a jurisdição brasileira.

**40.** Quanto à cooperação internacional, pode-se afirmar corretamente:

- a) A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e, na ausência de tratado, poderá basear-se em reciprocidade.
- b) Não há qualquer filtro à prática de atos por cooperação jurídica internacional.
- c) As funções de autoridade central serão exercidas pelo Ministério da Justiça ou pelo Ministério Público, a depender do ato a ser praticado.
- d) Compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.
- e) O procedimento da carta rogatória é de jurisdição contenciosa e a matéria de defesa é ampla, podendo versar sobre o mérito do processo.

**41.** A tutela provisória poderá fundamentar-se em urgência e evidência. Quando se trata de tutela de urgência:

- a) será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o pedido de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- b) só poderá ser concedida após justificação prévia.
- c) de natureza antecipada, será concedida ainda que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- d) de natureza cautela, o juiz poderá valer-se de medidas exaustivamente previstas no Código para asseguarção do direito.
- e) não há que se falar em responsabilização da parte por prejuízo à parte adversa.

42. Quanto ao pedido, um dos requisitos da petição inicial, é correto que:

- a) deve ser certo e compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, excluídos os honorários advocatícios.
- b) o autor não precisa declarar que as prestações sucessivas estão incluídas quando a ação tiver por objeto o cumprimento de obrigação dessa natureza.
- c) o pedido é tido por alternativo quando o autor permitir que o devedor cumpra a prestação de mais de um modo.
- d) é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- e) até o saneamento do processo, o autor poderá alterar o pedido com o consentimento do réu, permitindo que a contestação seja novamente apresentada no prazo mínimo de 15 dias.

43. A prova pericial é uma das espécies probatórias reguladas no Código de Processo Civil. Sobre referido instrumento de prova, pode-se afirmar corretamente:

- a) A prova pericial deverá ser deferida ainda que a prova do fato não dependa de conhecimento especial de técnico.
- b) Ao ser designado, o perito deverá assinar termo de compromisso.
- c) O juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.
- d) A prova técnica simplificada consiste na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico, sendo vedado o uso de instrumentos de som ou imagem.
- e) Em hipótese alguma, o juiz poderá reduzir a remuneração do perito.

44. A ação rescisória é o instrumento que permite o questionamento da sentença transitada em julgado e apresenta caráter desconstitutivo. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão de mérito, transitada em julgado, poderá ser rescindida quando proferida por juiz impedido, suspeito ou absolutamente incompetente.

b) A ação rescisória não é cabível para rescindir atos de disposição de direitos praticados pelas partes e homologados pelo juízo.

c) A ação rescisória deverá ter por objeto a integralidade da decisão.

d) A propositura da ação rescisória suspenderá o cumprimento da decisão rescindenda.

e) O direito à rescisão se extingue em 2 anos contados do trânsito em julgado da primeira decisão proferida no processo.

## DIREITO PENAL

Renan Araújo

45. José, Oficial de Justiça, dirigiu-se no período diurno à residência de Maria, com vistas ao cumprimento de mandado de busca e apreensão. Lá chegando, José apresentou o mandado a Maria e a intimou a abrir a porta, mas Maria se recusou a permitir a entrada de José. José, então, com o auxílio de força policial, arrombou a porta e entrou na casa contra a vontade da moradora.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

a) não praticou crime, em razão do estrito cumprimento do dever legal

b) não praticou crime, em razão do estado de necessidade

c) não praticou crime, em razão da inexigibilidade de conduta diversa

d) não praticou crime, em razão do exercício regular de direito

e) praticou crime de violência arbitrária

**46.** José e Pedro são amigos e saíram para uma festa. No local, José começou a ingerir bebida alcoólica, embora não desejasse ficar embriagado. Pedro, por outro lado, pediu ao garçom um drink não alcoólico, pois estava sob efeito de forte medicação, e temia as reações que a ingestão do álcool, ainda que em pequena quantidade, pudesse provocar. O garçom, por descuido, entregou a Pedro um drink no qual havia álcool, embora imperceptível por conta dos demais ingredientes da bebida. Pedro ingeriu a bebida e ficou completamente embriagado. José, que também estava a beber, ficou também completamente embriagado, por conta do excesso na ingestão de álcool. Saindo dali, ambos quebraram a vidraça de uma agência bancária, o que configura o crime de dano (art. 163 do CP).

No presente caso, é correto afirmar que:

- a) José e Pedro serão isentos de pena
- b) José e Pedro deverão responder pelo crime de dano praticado
- c) José não será isento de pena, mas Pedro será isento de pena, por conta da embriaguez acidental completa
- d) José não será isento de pena, mas Pedro não responderá pelo crime, em razão da exclusão da ilicitude
- e) José e Pedro não praticaram crime, em razão da exclusão da ilicitude

**47.** José, reincidente, foi condenado pelo Juízo da 01ª Vara Criminal da Capital – Rio de Janeiro pela prática do crime de roubo simples tentado a uma pena de 02 anos e 08 meses de reclusão. O Juiz fixou, ainda, o regime inicial fechado, ao argumento de se tratar de agente reincidente, embora portador de circunstâncias judiciais favoráveis, bem como negou a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A defesa de José, irrisignada, interpôs o competente recurso de apelação ao TJRJ, requerendo a reforma da sentença, a fim de que fosse fixado o regime inicial semiaberto, bem como fosse substituída a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que o Tribunal:

- a) deverá dar provimento total ao recurso, na medida em que José faz jus ao regime inicial semiaberto e à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos
- b) deverá negar provimento ao recurso, na medida em que José não faz jus ao regime inicial semiaberto nem à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos
- c) deverá dar provimento parcial ao recurso, fixando o regime inicial semiaberto, mas negando a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, eis que a quantidade de pena imposta impede a substituição
- d) deverá dar provimento parcial ao recurso, negando o regime semiaberto, mas substituindo a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos
- e) deverá dar provimento parcial ao recurso, fixando o regime inicial semiaberto, mas negando a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, eis que a natureza do crime praticado impede tal substituição

**48.** Nos termos do quanto dispõe o Código Penal, são causas de extinção da punibilidade:

- a) a legítima defesa e a embriaguez acidental
- b) o estado de necessidade e o exercício regular de direito
- c) a anistia e a morte do agente
- d) a prescrição e o estrito cumprimento do dever legal
- e) a *abolitio criminis* e o perdão do ofendido, ainda que não aceito pelo agente

49. José, técnico judiciário lotado na 01ª Vara Criminal da comarca de Petrópolis-RJ, usou de sua influência junto a Pedro, diretor de secretaria da 02ª Vara Cível da comarca de Petrópolis-RJ, com vistas a favorecer sua prima Maria, que possuía uma ação indenizatória tramitando na referida vara cível. José, valendo-se do prestígio de que gozava no fórum em razão de ser funcionário muito antigo, tentou fazer com que a demanda ajuizada por sua prima Maria tivesse um andamento preferencial não previsto em lei.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou o crime de:

- a) advocacia administrativa
- b) tráfico de influência
- c) exploração de prestígio
- d) corrupção passiva
- e) exercício arbitrário das próprias razões

50. José é réu em determinado processo criminal, por ter supostamente praticado o crime de estelionato. Maria foi arrolada como testemunha pelo Ministério Público, pois em tese tinha conhecimento dos fatos criminosos praticados por José. José, então, ofereceu R\$ 5.000,00 a Maria para que esta mentisse em seu depoimento. Maria aceitou o dinheiro e efetivamente prestou afirmação falsa em juízo, alegando não ter conhecimento dos fatos imputados a José na denúncia. O Juiz, todavia, não acreditou no depoimento de Maria e condenou José pelo crime imputado na denúncia.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José e Maria deverão responder pelo crime de falso testemunho
- b) José praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Maria praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço
- c) José praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Maria praticou o crime de falso testemunho, sem majoração
- d) José e Maria não praticaram crime, eis que o depoimento falso foi irrelevante para o deslinde da causa

e) José e Maria devem responder pelo crime de favorecimento pessoal

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. José é investigado em inquérito policial pela suposta prática do crime de receptação. Todavia, no curso das investigações a defesa de José formaliza um requerimento com vistas ao arquivamento do inquérito policial, em razão da prescrição. Todavia, mesmo diante da flagrante ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, nenhuma providência é adotada, permanecendo o inquérito tramitando regularmente.

Inconformado, José:

- a) poderá interpor recurso ao chefe de polícia, visando ao arquivamento do inquérito policial
- b) poderá impetrar *habeas corpus*, com vistas ao trancamento do inquérito policial
- c) poderá impetrar mandado de segurança, com vistas ao arquivamento do inquérito policial
- d) não poderá adotar qualquer providência, devendo aguardar que se proceda ao arquivamento do inquérito policial
- e) poderá requerer ao delegado de polícia o trancamento do inquérito policial

52. José, residente em Niterói-RJ, praticou um crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa, majorada em 2/3) na cidade de Teresópolis-RJ, vindo a subtrair um veículo automotor. No dia seguinte, na cidade de Magé-RJ, José subtraiu um veículo automotor que estava estacionado na via pública, praticando o crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Dois meses depois, também na cidade de Magé-RJ, José vendeu os dois veículos a Pedro, que adquiriu os bens mesmo sabendo serem produtos de crime, de forma que praticou o crime de receptação (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que há:

- a) continência, de forma que a competência será do juízo do lugar em que tiver sido praticada a infração penal mais grave, no caso Teresópolis-RJ
- b) continência, de forma que a competência será do juízo do lugar em que tiver sido praticado o maior número de infrações, no caso, Magé-RJ.
- c) conexão, de forma que a competência será do juízo do lugar em que tiver sido praticada a infração penal mais grave, no caso Teresópolis-RJ
- d) conexão, de forma que a competência será do juízo do lugar em que tiver sido praticado o maior número de infrações, no caso, Magé-RJ.
- e) crime permanente, firmando-se a competência pela prevenção

**53.** O CPP dispõe que o Juiz é livre para formar sua convicção, por meio da livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo, porém, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Tal previsão consagrar a adoção, como regra, do sistema:

- a) da certeza moral do legislador
- b) da íntima convicção
- c) da prova tarifada
- d) da certeza moral do juiz
- e) da persuasão racional

**54.** Em relação ao procedimento comum pelo rito sumário, é correto afirmar que:

- a) A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada no prazo máximo de 60 dias.
- b) As alegações finais serão, em regra, orais, podendo o Juiz conceder prazo às partes para apresentação de alegações finais escritas
- c) Poderão ser arroladas até 08 testemunhas pela acusação e até 08 pela defesa
- d) será o rito adotado no caso de infrações penais cuja pena máxima seja igual ou inferior a 04 anos de privação da liberdade

- e) será o rito adotado para as infrações de menor potencial ofensivo, quando, em razão da necessidade de citação por edital, o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes

**55.** José praticou o crime de resistência qualificada, que tem pena de reclusão, de um a três anos, por ter impedido o cumprimento de um mandado de busca e apreensão mediante ameaça ao oficial de justiça responsável pelo cumprimento da diligência.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) não se trata de infração penal de menor potencial ofensivo, mas será cabível o benefício da suspensão condicional do processo, embora não caiba transação penal
- b) não se trata de infração penal de menor potencial ofensivo e não será cabível o benefício da suspensão condicional do processo
- c) trata-se de infração de menor potencial ofensivo, mas não será cabível o benefício da suspensão condicional do processo
- d) trata-se de infração de menor potencial ofensivo, e será cabível o benefício da suspensão condicional do processo
- e) não se trata de infração penal de menor potencial ofensivo, mas serão cabíveis a suspensão condicional do processo e a transação penal

**56.** José foi condenado definitivamente pela prática do crime de roubo simples, tendo sido imposta uma pena de 04 anos de reclusão. Após preencher os requisitos objetivos e subjetivos, José requereu ao Juízo da execução penal a concessão do benefício do livramento condicional, tendo sido negado o requerimento formulado pela defesa de José.

Nesse caso, a defesa de José deverá:

- a) impetrar mandado de segurança, pois não há recurso cabível
- b) interpor recurso em sentido estrito, podendo o Juiz da execução penal se retratar da decisão proferida
- c) interpor recurso em sentido estrito, não sendo possível ao Juiz da execução penal se retratar da decisão proferida

- d) interpor agravo em execução, podendo o Juiz da execução penal se retratar da decisão proferida
- e) interpor agravo em execução, não sendo possível ao Juiz da execução penal se retratar da decisão proferida

### LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, é ato de caráter normativo

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Ordem de Serviço
- e) Ato reservado

58. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento utilizado pelas unidades organizacionais da Corregedoria-Geral para comunicação interna entre os agentes da administração é denominado

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

59. No cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão elaborar parecer, rotina administrativa e manual. O Manual

- a) É o documento complementar à Rotina Administrativa destinado a reunir informações acerca de informativos (software), produtos, serviços, informações a usuários internos ou externos.
- b) É o instrumento para expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo.
- c) É o instrumento que estabelece a forma de execução de processos de trabalho expedida conforme determinado na Rotina Administrativa Geral.

d) É utilizado para comprovação, mediante valoração do agente.

e) É o documento de comunicação exclusivamente interna.

60. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, não é hipótese de realização de inspeção

- a) por determinação do Corregedor-Geral da Justiça.
- b) por determinação do Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) por determinação do Juiz de Direito Dirigente do NUR.
- d) por solicitação de Juiz de Direito.
- e) por solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-Analista-07-06>

**Conheça nosso sistema de questões!**

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



Concursos

**Não é assinante?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

A banner with a dark background. On the left, a close-up of an owl's face with yellow eyes is shown. In the center, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, light blue letters. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text: '\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.